



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: SÍLVIA DA BANCADA FEMINISTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08/06/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de audiovisual
- Falha na transmissão

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Bom dia a todas, todos e todas. Na qualidade de membra da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da nona audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios Online/auditório virtual.

Esta audiência pública, cujo tema é o cercamento da Praça Pôr do Sol, vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo diariamente desde o dia 2 de junho de 2021, e as inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo.

Nós, da mandata coletiva Bancada Feminista, recebemos essa demanda dos moradores do entorno da Praça e também do Movimento Pôr do Sol Sem Cerca e de várias entidades, associações, movimentos e estudiosos do Urbanismo da cidade de São Paulo. Por conta disso, nós fizemos um pedido de audiência Pública por meio da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo.

Primeiramente eu vou passar a palavra para a Covereadora Dafne Sena, da Bancada Feminista, que vai fazer uma exposição inicial sobre a questão e exibir um vídeo. Logo depois, eu vou chamar alguns convidados e também anunciar quais as entidades do Poder Público que foram convidadas para esta audiência pública.

Tem a palavra, Covereadora Dafne.

A SRA. DAFNE SENA – Bom dia a todos os convidados, ao público que se inscreveu e aos Vereadores presentes. Neste espaço, nós vamos conversar sobre um assunto que chegou ao nosso mandato por pessoas próximas ao nosso mandato, que é o cercamento da praça, decisão da qual elas não participaram e que não foi tomada em conjunto com todos os moradores da área nem com todos os usuários. Assim como várias pessoas que estão aqui hoje, eu sou moradora da região e também sou frequentadora da Praça Pôr do Sol, um polo de atração não só de quem mora no local, mas de toda a zona Oeste. Não existe nenhum

ordenamento municipal ou nacional, nada que proíba pessoas de fora do bairro fazerem uso dos equipamentos públicos localizados fora de onde elas residem, mas consta no ordenamento jurídico municipal que as decisões tomadas em relação a praças, parques e áreas verdes de São Paulo tenham a participação de membros do Conselho Gestor e com ampla participação pública, uma vez que são equipamentos públicos.

Nesta minha apresentação, eu vou exibir um vídeo da Rosa, a paisagista da Praça Pôr do Sol, gravado na ocasião do projeto de revitalização da praça. Apesar de ele estar disponível no YouTube, eu vou exibir aqui porque quero a opinião da Rosa, a pessoa que planejou a Praça do Pôr do Sol, um espaço muito bonito que deve ser utilizado por todos.

- Exibição audiovisual.

A SRA. DAFNE SENA – Para quem conseguiu acompanhar a legenda, ela fala claramente que a Praça Pôr do Sol foi pensada para ser uma praça e não um parque. Isso quer dizer que ela não deve ser cercada, pois foi pensada para o uso público, para as pessoas poderem ver o pôr do sol. Ela precisa, sim, de revitalização, de mais investimento público, mas isso não significa que ela precise de cercamento. Isto é algo bem importante de ser levado em conta: o próprio planejamento da praça.

Agora a Vereadora Silvia vai anunciar os Vereadores presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Antes de anunciar os Vereadores, informo que, do Poder Público, nós convidamos as seguintes personalidades: Sr. Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Sr. Richard Haddad Junior, Subprefeito de Pinheiros; o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, e também representantes do Ministério Público. Assim que algum desses membros do Poder Público estiverem presentes na audiência, nós abriremos a palavra para eles.

Estão presentes os Vereadores Rodrigo Goulart, que é da Comissão de Política Urbana, a Vereadora Cris Monteiro, e representando o mandato do Vereador Xexéu Tripoli está presente seu chefe de gabinete Roberto Fernandes.

Pergunto se algum Vereador gostaria de falar agora?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Na realidade, gostaria. Mas gostaria de esperar um pouco o encaminhamento da reunião e até dizer que eu vou ter de me ausentar por um momento porque eu tenho outra reunião que eu vou ter um momento de fala, mas eu volto assim que puder. Gostaria de deixar a reunião seguir antes do meu pronunciamento. Gostaria de ouvir a todos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Vamos chamar a nossa primeira convidada que é professora da FAU-USP nossa querida Raquel Rolnik para poder dar a opinião dela sobre esse processo de cercamento da Praça Pôr do Sol.

A SRA. RAQUEL ROLNIK – Bom dia a todas.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer muito a Bancada Feminista na figura da Vereadora Sílvia e também da Co-Vereadora Dafne. Quero agradecer o convite. Gostaria também de agradecer muito a presença das Vereadoras e Vereadores presentes nesta importantíssima discussão sobre a nossa Cidade. É muito importante entendermos a forma como foi feita e com está sendo feito o cercamento da Praça do Pôr do Sol, que viola qualquer perspectiva de construção democrática da Cidade. Por que estou falando isso?

Não há a menor dúvida e é preciso reconhecer isso que estamos diante de um conflito em um lugar que era residencial, em um bairro residencial com uma belíssima Praça, um dos únicos mirantes sobre o vale do Pinheiros que começou a ser mais intensamente utilizada.

A estrutura que essa Praça tinha para poder receber essa utilização era absolutamente insuficiente e foram acontecendo vários problemas e vários moradores, legitimamente, se queixaram a respeito disso. Em função desse novo uso, que é o uso que tem tudo a ver, como a gente viu aqui pela fala da Rosa, com a natureza da Praça, a Praça é um mirante. Não cercamos um mirante porque o mirante serve para vermos a paisagem, é essa a ideia.

Diante dessa questão e desse conflito, ainda há anos, em 2015, houve uma movimentação por parte dos moradores no sentido de procurar equacionar esse novo uso e foi nesse sentido que para poder ter um conselho gestor eleito aquela praça foi transformada em parque, já que pela legislação os parques têm conselho gestor eleito.

No conselho gestor houve uma eleição disputada e foram representadas as várias posições dentro desse debate e foram se assumindo diversos procedimentos para poder lidar com aquela situação: melhorando a coleta de lixo, montando esquemas de segurança e fiscalização maiores, montando estruturas. Estávamos neste processo quando esse processo foi completamente interrompido, o conselho gestor foi desfeito.

Houve um decreto do então Prefeito João Doria simplesmente retransformando em praça e eliminando qualquer debate e, ainda por cima, durante a pandemia, em um momento muito difícil de mobilização daqueles que utilizam esse lugar. Foi uma decisão tomada unilateralmente e de uma forma nem um pouco democrática do cercamento dessa praça, sem discutir com ninguém, sem pensar em quais eram as alternativas e representando, em primeiro lugar, um gasto público absurdo que ainda continua com a presença de tapumes alugados, o que representa um gasto mensal pela Prefeitura no momento em que a Cidade está desesperada precisando de recursos para entender os impactos da pandemia sobre quem mais sofre.

Estamos falando de falta de comida, de moradias e falta de emprego e a gente usando o recurso público municipal para cercar uma praça. Em segundo lugar, montando uma estrutura definitiva para além do tapume. Pergunto: qual é a prioridade dessa intervenção? Qual é a prioridade desse gasto? Com quem foi debatido e com quem foi discutida essa posição? Pergunto a Subprefeitura, que tomou a frente desse processo: com quem foi discutido? Com quem foi debatido? Onde e quando? Para que a gente possa entender a natureza desse processo antidemocrático que priva os cidadãos não apenas de poder usufruir dessa Praça, de poder participar da construção de um processo que permita esse usufruto da

praça de uma forma que não incomode, que não acarrete problemas sérios para os seus moradores, mas que também permita que aquilo seja utilizado amplamente por todos.

Isso significa um direito à Cidade, protegendo o direito à Cidade de todos e incluindo direito ao sossego dentro desse direito à Cidade. Esse equacionamento, evidentemente, só pode acontecer no âmbito de um debate mais amplo e no âmbito de um debate inclusive com aqueles que estão utilizando a Praça, que não necessariamente são moradores do entorno.

Eu termino, aqui, a minha intervenção fazendo um apelo aos Vereadores e às Vereadoras presentes: ainda há tempo, ainda dá tempo de reverter essa decisão. Ainda dá tempo de “rechamar” um processo de debate e tentar equacionar a questão. Insisto: essa questão é uma disputa, é um problema que precisa ser encarado, mas está sendo encarado da pior forma possível, da forma mais excludente, antidemocrática e que resulta em numa cidade pior para todos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Professora Raquel Rolnik pela participação aqui, na audiência.

Na sequência, vou chamar o Secretário Adjunto da SMUL, José Armênio de Brito Cruz, primeiro representante do Poder Público para fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite para esta discussão. Eu fiquei feliz de ouvir a querida Rosa falando antes, ela que é uma Arquiteta Paisagista muito importante de São Paulo.

Eu estou sozinho na sala, vou tirar a máscara para ver se melhora o som. Pronto, acho que melhora um pouco.

Eu fiquei feliz de ouvir a Rosa falando, porque é uma pessoa que tem uma visão sobre a paisagem da cidade de São Paulo e com quem eu tive a oportunidade de aprender muito. Trabalhei com ela e nos aproximamos muito. Eu admiro muito a Rosa. É uma pessoa de alto gabarito que nós temos em São Paulo.

Fico feliz por ter sido convidado pelos Vereadores. Muito obrigado, Silvia. Já nos encontramos em outras oportunidades. Cumprimento a Bancada Feminista, com a qual me solidarizo também. Cumprimento a Raquel, sempre bastante atuante; minha ex-colega de Faculdade e que estamos sempre aí discutindo as questões da Cidade.

A questão chegou para nós, aqui, em SMUL, sobre a discussão do fechamento da praça. Eu procurei ver como a questão está, tanto na Sub de Pinheiros como também na Gestão como um todo. E a questão é a seguinte: para tratar... Só comentando: eu fui morador do bairro durante muitos anos. eu vendi recentemente uma casa que nós tínhamos lá, há poucas quadras da praça, então eu conheço bastante o lugar. No papel de Gestão, nós temos de ouvir, como a Raquel bem falou e eu acho que a contribuição da Rosa foi muito boa, que a Cidade vai se transformando. Ela, de uma região exclusivamente residencial, como a Raquel disse, que continua exclusivamente residencial, ainda é uma ZER, então ainda tem gente que mora lá, que chega todo dia com o carro, sai e tal. A praça tornou-se uma referência urbana na Cidade. Muita gente, da cidade de São Paulo, quer conhecer e vai lá visitar a praça para ver o pôr do sol, e tem todo o direito de fazer isso. Quer dizer, a Cidade é um espaço aberto, é um espaço, por origem, democrático e que não é orientação nenhuma nossa, da Prefeitura, de romper esta característica da praça. Pelo contrário. O desafio que nós enfrentamos é o desafio justamente de uma palavrinha que a Raquel falou e que é importante de nós considerarmos, vocês da Câmara de Vereadores estão acostumados a lidar com isso, é o conflito. Têm conflitos de posições. Quer dizer, tem o cara que mora lá e que sai com o filhinho passeando, chega com o carro e tem a casa ali em frente; tem o outro que quer ir lá ver o pôr do sol. E, às vezes, essas atitudes... Eu não posso deixar de dizer, como falei no começo, fui colega da Raquel e quase da mesma classe da Raquel, não sei se a Raquel é mais velha ou mais nova que eu. Eu acho que ela é mais nova. Então...

A SRA. RAQUEL ROLNIK - Mais velha.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Raquel, eu estava fazendo uma mentirinha aqui, mas tudo bem...

Nós, como Arquitetos, temos de ver que – e a Rosa deu uma dica disso -... Quer dizer, na hora em que nós conquistamos uma cidade democrática, principalmente a questão vai mudando em número. Não são mais dezenas de pessoas que iam na praça, como nós íamos como estávamos na Faculdade, né, Raquel. Iam lá 40 pessoas ver o pôr do sol e não criavam perturbação alguma. Quer dizer, se alguém era mal educado e jogava uma garrafa, eram três garrafas no chão da praça. Na hora em que a praça assume, de fato, uma característica – e isso é muito positivo – de referência urbana, vão começar a participar milhares de pessoas, como estavam e estão participando. E essa situação é justamente o conflito, como a Raquel disse, ou a busca de uma certa harmonia nesse conflito que nós temos de buscar.

Então, a preocupação da Prefeitura e a perspectiva nossa é, sim, de ouvir perspectivas. E tendo ouvido a Rosa, a Rosa falou em uma infraestrutura de café ou de segurança ou de sanitário que, quando milhares de pessoas começam a chegar na praça, nós começamos a pensar nessa necessidade.

Eu moro, hoje, próximo a uma pracinha, menor que a Praça do Pôr do Sol, aqui no Centro, e como morador e moradores, eu participo só como morador ali da organização da praça. Os moradores estão contribuindo para a manutenção da praça e nós começamos a ouvir, a discutir qual a perspectiva das pessoas. Obviamente, a discussão do fechamento sempre surge. Em nosso caso, a praça estava fechada, então se começou a falar em abrir a praça. Então, têm questões que nós, às vezes, não vislumbramos, às vezes, na hora de fazer um projeto ou na hora de definir o desenho da solução. Por exemplo, uma coisa que nunca tinha pensado, mas às vezes a cerca na prática, teve uma senhora lá, nossa vizinha, que falou que acaba protegendo as criancinhas que vão brincar na praça, para a mãe não ter de ficar correndo, para a criancinha não correr para a rua. Então a mãe fala: não sai no portão. Essa foi uma discussão que teve, quer dizer, é quase uma proteção de dentro para fora mais do que de fora para dentro.

Então a perspectiva nossa, da Prefeitura, é ouvir, conversei ontem no Governo, é a perspectiva de uma consulta para saber onde exatamente pode ser fechado. E a perspectiva como a Rosa colocou, tem de dotar isso de uma certa infraestrutura. E dotar de uma infraestrutura não é uma solução sem projeto, o que pode tentar contribuir para esse conflito às vezes até de ancoragem, não de fechamento, mas de ancoragem da organização ali do espaço, porque tem algumas casas que estão mais expostas ou não. Isso é uma questão de projeto, não vou entrar porque não conheço a questão.

Então acho que ouvindo a população e com a perspectiva de segurança, da infraestrutura, a Prefeitura tem de pensar nisso, porque quem será responsável por qualquer questão que pode acontecer lá é a Prefeitura. Então tem de se pensar na hora que se reúnem milhares de pessoas e tal, tem de se pensar nisso. As pessoas têm de ter uma infraestrutura para poderem participar.

O que tenho para dizer é que a perspectiva, hoje está fechada por causa da pandemia. A da minha casa também está fechada, acho que até abriu na semana passada, mas acho que fecharam de novo por causa da pandemia. Mas a perspectiva não é fechar a praça, não existe nenhuma perspectiva antidemocrática, vamos usar esse discurso para outro lado, porque aqui estamos conversando só com gente de espírito democrático. Podemos achar que o projeto pode melhorar assim ou assado, mas aqui ninguém está querendo construir uma solução antidemocrática, muito pelo contrário.

Então quero ouvir vocês. Estou aqui expondo os elementos que levantei para estar aqui presente e a perspectiva é justamente dotar de segurança, de infraestrutura e conforto para todo mundo enfrentando, quer dizer, como um equipamento da Cidade. Se fosse um parque teria, como a Raquel disse, um Conselho Gestor, não é um parque, não foi assim caracterizado. E pode assumir algumas características, talvez com algum caráter como já se vê em diversas praças da Cidade, para tentar viabilizar essa infraestrutura e uma manutenção que não caia única e exclusivamente na dezena de moradores que moram ali em frente.

Então a perspectiva é essa, é de ouvir as diferentes opiniões e chegar numa solução legal. Acho que é por aí. Agradeço a oportunidade de vir aqui, poder ouvir diretamente de vocês e estou com os ouvidos abertos para coletar as contribuições.

Muito obrigado, Vereadora Silvia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, representando a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, José Armênio.

Anunciamos a presença do Vereador Paulo Frange, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal; da Vereadora Ely Teruel, também da Política Urbana e o Vereador Rodrigo Goulart, que já anunciei. Se esses Vereadores presentes quiserem fazer uso da palavra, nos avisem que vamos abrir no momento em que quiserem se pronunciar.

Tem a palavra o Dr. Leandro Teodoro Andrade, Advogado em Direito Urbanístico.

O SR. LEANDRO TEODORO ANDRADE – Bom dia a todos e a todas, obrigada Vereadoras da Bancada Feminista do PSOL, integrantes do Coletivo Praça do Pôr do Sol Sem Cerca, pela oportunidade, demais Vereadores e Vereadoras aqui presentes, membros do Poder Executivo, que integram a Gestão local da Política Urbana de São Paulo.

Quero pontuar aqui que em termos jurídicos, o cercamento da Praça do Pôr do Sol, Praça que durante tantos anos serviu como instrumento de concretização das funções sociais da Cidade no Município de São Paulo. E quando falamos sobre funções sociais da Cidade, estamos falando do artigo 182 da Constituição, que significa a capacidade que os municípios têm de proporcionar os direitos sociais, entre eles o lazer, aos seus habitantes, então essa ação do cercamento, sobretudo, do ponto de vista que vem sendo conduzido, é ilegal.

Primeira questão, materialmente ilegal, porque sob o ponto de vista jurídico destoa, desconstitucionaliza o que uma praça tem como características essenciais. Não é à toa, por exemplo, que o próprio Código Civil Brasileiro indica que as praças têm estrutura de uso comum. Então elas são instrumentos materiais colocados à disposição da população para servirem, portanto, como instrumentos de concretização de direitos sociais como lazer,

segurança, e que são fundamentais ao bem-estar da população que conforma a vida das cidades.

É ilegal essa ação de cercamento sob o ponto de vista da legislação municipal de São Paulo. Por quais motivos? Primeiro, por causa do próprio Plano Diretor, que todos conhecem muito bem a legislação do Plano Diretor, a Lei 16.050/14, desde os princípios básicos da política urbana, como o princípio do Direito à Cidade, que no nosso Plano Diretor significa o processo de universalização do acesso aos bens das comunidades urbanas por parte de os cidadãos, inclusive pela oferta de equipamentos e infraestrutura pública.

Também afronta os instrumentos que garantem a participação dos munícipes, sobretudo a forma como vem sendo conduzido esse cercamento da praça, principalmente o art. 322 do Plano Diretor, que garante participação dos munícipes em todo o processo de planejamento e gestão da Cidade, além da lei que disciplina a gestão democrática das praças no Município de São Paulo, que é a Lei 16.212/15.

Mas essa lei parece ter sido desconhecida nas ações que levaram ao cercamento, porque o seu art. 7º prevê exatamente a necessidade de ação de desregramento e colocação de tapumes, previamente, ou qualquer mudança que requalifique o uso de instrumentos como esse que estamos realizando no momento, e gere potenciais de funcionalização de suas funções sociais.

Não é à toa que dentro dessa lei da gestão das praças municipais, dentre os itens que descrevem o mobiliário urbano e o conjunto de estruturas que guarnecem e compõem essas infraestruturas, que são as praças e os locais públicos de lazer e convivência social, estão descritos instrumentos como lixeiras, parques infantis, equipamentos para atividades físicas, sinal de internet sem fio, e outros equipamentos que podem otimizar o uso da praça, sobre os quais a receita pública destinada seria muito mais efetiva, no que se refere aos objetivos da legislação urbanística de São Paulo, aos objetivos do Plano Diretor de São Paulo e às funções sociais da Cidade; do que essa ação de cercamento da Praça do Pôr do Sol, que é ilegal tanto do ponto de vista formal, quanto do ponto de vista material.

São essas questões que eu queria pontuar acerca da ilegalidade jurídica dessa ação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dr. Leandro, pelos esclarecimentos jurídicos.

Ainda estamos com um problema no vídeo, então vamos passar a palavra para a Sra. Soraia Gasparetto Lunardi, Professora de Direito Constitucional.

A SRA. SORAIA GASPARETTO LUNARDI – Bom dia a todos e a todas. Agradeço o convite que me foi feito pelo coletivo feminista, agradeço a atuação da Vereadora Sílvia e da Sra. Dafne, de todos os presentes, dos representantes do Executivo do Município de São Paulo.

Esta audiência pública para tratar sobre o cercamento da Praça Pôr do Sol, no Alto de Pinheiros, é muito relevante, inclusive do ponto de vista jurídico. Então, a minha fala será no mesmo sentido do que o Dr. Leandro apresentou sobre as ilegalidades que foram cometidas nesse procedimento.

Do ponto de vista constitucional, é muito importante lembrar da função social da Cidade, prevista no art. 182 da Constituição Federal. Essa é a forma de como o nosso ordenamento jurídico é estruturado, pois prevê a participação democrática dos cidadãos nesse tipo de atividade; preserva tanto a estrutura legislativa como o nosso próprio sistema democrático.

Isso garante as necessidades do cidadão relativas qualidade de vida, a justiça social e o acesso universal aos direitos sociais relativos ao desenvolvimento social, inclusive o acesso ao lazer. Mas esse direito, previsto no art. 6º da Constituição, acabou sendo limitado em razão da forma como esse cercamento foi realizado pela cidade de São Paulo.

A universalização do acesso aos benefícios das comodidades urbanas é um direito que faz parte da função social da Cidade e a gestão democrática está garantida dentro do

nosso ordenamento jurídico, especialmente no art. 322 do Plano Diretor. Ou seja, a população da cidade de São Paulo precisa ser ouvida antes que esse tipo de iniciativa seja realizado.

Então, na verdade, isso é tanto uma ilegalidade material, porque a praça deixa de ser acesso de todos, violando esse direito constitucional; e a forma como foi realizado também, porque a consulta popular deveria ter sido feita previamente.

Os gastos, inclusive, com os tapumes, e a forma como o Município vem gastando o nosso dinheiro público, também podem ser questionados, uma vez que a política pública deve ser realizada nos termos estabelecidos pela nossa legislação federal, estadual e municipal.

Entendemos, portanto, que a gestão democrática foi violada, esse direito que está previsto na nossa legislação, pela falta de participação popular; e essa incompatibilidade com o cercamento da praça se dá também pela violação do próprio acesso ao espaço público.

Nesse caso, a intervenção do Poder Judiciário pode ocorrer; mas é importante que isso não se dê na esfera do Poder Judiciário, é importante discutir isso na esfera do Executivo e resolver esses problemas. Uma forma seria essa iniciativa do Coletivo Feminista. Então me parece que nós temos aquilo que foi apresentado pela Profa. Raquel Rolnik: a forma como isso vem sendo feito é excludente e antidemocrático.

O Sr. José Armênio, que é Secretário de Urbanismo do Município colocou essa preocupação de que a Prefeitura deve desenvolver infraestrutura. Mas nós gostaríamos que isso não significasse o fechamento da praça ou uma restrição tão grave.

Então entendemos que essa audiência pública é importante para que essas questões sejam debatidas e a condução desse processo seja feita de maneira democrática, como a legislação estabelece. Então esperamos que esses princípios democráticos sejam respeitados, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista da exigência legislativa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Profa. Soraia. Tanto a Professora Soraia quanto o Dr. Leandro nos esclareceram do ponto de vista jurídico que não é permitido o cercamento de praças no Município de São Paulo. Somente

podem ser cercados os parques; mas praças não podem ser cercadas, de acordo com o nosso plano diretor. E, portanto, então, nós estamos diante de uma ilegalidade. E inclusive esse é um dos motivos pelo qual nós estamos chamando a audiência pública no dia de hoje.

Nós vamos agora ao vídeo do Prof. Fabio Mariz, também da FAU-USP.

Em seguida, vamos chamar os inscritos na audiência.

Também gostaria de anunciar a presença do Vereador da Comissão de Política Urbana, Sr. Aurélio Nomura. Também presente aqui conosco.

Então passemos ao vídeo do Prof. Fábio Mariz. (Pausa)

Gente, estamos com um probleminha técnico.

Vamos seguir a lista dos convidados, enquanto tentamos resolver o problema técnico aqui do vídeo.

Nosso inscrito, na lista dos inscritos pelo *site* da Câmara Municipal de São Paulo, é o Sr. Flávio Scavasin, participante do Coletivo das Vilas Beatriz, Ida e Jataí.

São três minutos de fala para cada inscrito.

O SR. FLÁVIO SCAVASIN – Perfeito.

Bom, cumprimentar a todos e a todas que estão nesta importante audiência.

Eu faço parto do Coletivo Beatriz, Ida e Jataí, que desenvolve ações predominantemente ambientais, e festas também, com muitas festas que fazemos, convívio entre os vizinhos e ocupação dos espaços públicos. Somos aproximadamente 500 pessoas que não fomos consultados para o cercamento da praça.

Eu tive a experiência de ser diretor do Parque Villa-Lobos por quase cinco anos. O Parque Villa-Lobos está a menos de três quilômetros da Praça Pôr do Sol.

Quando eu cheguei lá, em 2004, o Secretário, que era o José Goldenberg, me pediu uma única coisa: “Flávio, diminua as reclamações que tem aquele parque. É a única coisa que eu te peço”.

Eu cheguei, o parque estava cercado, tinha muito problema de violência lá dentro, tinha problemas de administração. Enfim, não tinha qualquer administração. Tinha notícias até

de estupro que tinha havido lá dentro. Tinha notícias de coisas assim muito terríveis acontecendo lá. Fora o descuido. Por exemplo, no primeiro mês a gente conseguiu reduzir, por conta de vazamento de água, 95% a conta de água. E outras coisas assim. Mato de um metro e meio de altura, aquela coisa toda. Então o parque estava cercado e com muitos problemas.

Um parque pode ser cercado, pela lei, e tal, mas não é a cerca que vai resolver os problemas que ele possa ter. Então é isso que tem que deixar bem claro. A não ser que você faça uma cerca, um muro, como aquele que está separando Estados Unidos e México, que até agora não resolveu também. Qualquer cerca pode ser pulada ou deteriorada com muita facilidade. É o que a gente percebe.

Quando eu cheguei, tiveram ações de valorização de terceirizados. Treinamento para os funcionários que tinham lá, que eles não tinham nenhum treinamento. Ações com moradores ricos e pobres do entorno. Quer dizer, a parte rica, Boaçava e Alto de Pinheiros, que a gente se deu superbem; e também com o pessoal do Jaguaré, justamente para eles se sentirem incluídos dentro das atividades ali com relação a música, esportes, inclusão em todas as atividades possíveis lá. Então tínhamos essa preocupação e fizemos esse entrosamento com eles.

E uma coisa que eu considero uma coisa que foi muito positiva que nós criamos: eu acredito que tenha sido o primeiro conselho de orientação de parques. Tanto que os outros parques estaduais não tinham. E depois isso passou a ser copiado pela Prefeitura como conselho gestor das prefeituras, que foi uma experiência muito positiva que criamos lá. A redação daquilo foi nós que fizemos, nós não copiamos, na verdade, de outros lugares; nós criamos realmente esse conselho. E foi a partir dali com reuniões ordinárias e extraordinárias que foram desenvolvidas todas as ações que desenvolvemos nos próximos anos e tivemos muito êxito mais nenhuma violência. Eu me lembro que a gente olhava as notas do Governo do Estado, em momentos da maior relevância do Governo do Estado, três ou quatro era do Parque Vila Lobos. Então, ele se tornou de um problema para uma solução, uma coisa positiva,

por conta de ter gestão, de ter uma série de coisas acontecendo lá nesse sentido, integrando as pessoas.

Em 2015, fui novamente convidado para ser o Diretor, mas daí eu fiquei muito pouco tempo porque não havia interesse da gestão, não tinha autonomia para fazer certas coisas. Então, eu via que não tinha mais solução. Tanto que hoje eu considero um parque perigoso novamente. Depois de 2015, eu não entro lá depois das quatro da tarde de jeito nenhum, porque eu percebi que se tornou um parque violento por conta de gestão.

Teve um gestor ali que pegava crianças, pobres, segurava pelos braços e mandava para fora do parque, dizendo que o parque não era deles. Coisas terríveis que passaram a acontecer.

Então, dei esse exemplo do Vila Lobos para mostrar que a cerca não resolve. Por tudo o que os Urbanistas colocam que as cercas não resolvem, que isso não resolve, eu tenho a experiência prática disso. Isso não dá para ser contestado nem pelas entidades de lá porque foram parceiras desse processo todo, pelo conselho de orientação que nós criamos.

Quer dizer, a praça é uma praça. Eu entendo que ela deva ser encarada como uma entidade de uma rua, só não tem carros lá dentro, mas tem que ser encarada nesse sentido. Não é a cerca que vai resolver problemas com base nas mais diversas experiências que temos.

Talvez o dinheiro das cercas possa ser utilizado para fazer banheiros porque são fundamentais serem feitos naquele espaço, inclusive, com fraldários, para as pessoas poderem passar o dia sem sair na correria.

Agora, se você está numa praça e te dá vontade de ir ao banheiro, o que você vai fazer? Vai fazer alguma coisa absurda, uma praça largada daquele jeito com aquele público, não tem outro jeito a não ser você dar uma infraestrutura.

Eu acho que a Prefeitura se aproveitou da pandemia, mostrando uma certa visão elitista; desconheceu a luta do Conselho Gestor que teve em 2017 e que fez um trabalho bastante positivo e contra o cercamento, e acabou cercando a praça duas vezes, porque, primeiro, colocou alambrado, e, depois, colocou uma tela de galinheiro em volta, quer dizer, se

aproveitou da pandemia. Eu diria aquela frase célebre: “para deixar a boiada passar”. A praça sem o mínimo de infraestrutura só pode gerar problemas.

As coisas parecem que estão acontecendo lá pela primeira vez porque ninguém toma providência. É preciso uma estratégia de gestão, aconselhando condições específicas da praça, inclusive, no âmbito da cultura; regras e leis podem ser mudadas ali; necessário uma zeladoria da praça com ações estratégicas, horários específicos de limpeza e manutenção de áreas verdes, vigilância bem treinados de ambos os sexos e monitoramento de eventos pela internet.

Eu ia falar mais coisas, mas concluindo: #praçapordosolsemcerca.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Flávio.

Quero anunciar a presença do Chefe de Gabinete do Vereador Eliseu Gabriel e, também, do Leonardo, Assessor do Vereador Toninho Vespoli.

Se algum Vereador quiser fazer uso da palavra, mande uma mensagem para mim.

Queria chamar, agora, o ex-Vereador e um dos redatores do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, Nabil Bonduki, participante da FAU-USP e do Instituto Casa da Cidade.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos e todas. É um prazer estar aqui. Quero cumprimentar a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, em nome dela, todos os Vereadores; o Flávio, em nome dele, todos os membros do Coletivo da Praça Pôr do Sol.

Eu vou ser rápido, porque já se falou algumas coisas importantes, mas queria reforçar. Como você falou, Silvia, fui o Relator do Plano Diretor de São Paulo, o qual garante um conjunto de direitos, dentre os quais o direito à participação, direito à cidade, direito aos espaços públicos.

Fui, também, autor de duas leis que estão diretamente relacionadas com esse tema: a Lei que criou os Conselhos Gestores dos Parques, Lei 15.190/2013, e a Lei da Gestão Participativa de Praças, Lei 16.212. Essas duas leis buscam criar espaços de participação da população na gestão dos espaços públicos da Cidade, tanto das praças quanto dos parques. As regulações são diferentes porque praças e parques têm estatutos diferentes dentro da

legislação, mas ambas estão direcionadas nessa perspectiva. Então, seja parque ou seja praça, tem que processos de participação da população e dos usuários.

Eu quero lembrar a questão muito importante para todos entenderem que praça, como já foi falado pelos advogados, faz parte dos bens de uso comum do povo. A praça não é um espaço coletivo de um loteamento ou de um condomínio fechado. Ela é doada para a Prefeitura quando o loteamento é aberto. Portanto, ela é um espaço em que qualquer cidadão pode usufruir daquela praça. É claro que o vizinho pode ter um interesse maior numa certa praça, mas a concepção de uma praça, assim como a de um parque, é de um bem de uso comum do povo. Portanto, é um bem que pode ser utilizado por qualquer cidadão. E, portanto, as praças, como as praças municipais de São Paulo, podem ser de uso de qualquer cidadão.

Agora, é claro que a nossa cidade é uma cidade desigual e não temos as mesmas condições de espaços públicos nos bairros, vamos dizer assim, mais privilegiados da Cidade, como é o caso do Alto de Pinheiros, e dos espaços menos privilegiados da Cidade, onde nem sequer existem praças.

Então, essa é uma questão de origem desse problema, porque temos uma cidade desigual e, obviamente, as pessoas que não têm espaços com a mesma qualidade que a Praça Pôr do Sol, em seus bairros, acabam indo para a Praça Pôr do Sol. Assim como outras pessoas também das áreas privilegiadas, que vão usufruir das vantagens locacionais daquela praça, que é ter o pôr do sol.

Essa é uma questão central. As praças não pertencem aos moradores do seu entorno. A praça pertence a todos os cidadãos da Cidade. E é por isso que existe a necessidade de a gente ter processos de participação coletiva, ampla, do cidadão sobre esses espaços públicos. É o que estamos assistindo aqui nesse caso.

Nesse caso, temos um espaço, que é um espaço que pertence a todos...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Concluindo...

O SR. NABIL BONDUKI – Eu vou concluir, que pertence a todos, onde todos não estão sendo consultados para participar. Na verdade, a Prefeitura ou a subprefeitura tem

ouvido mais alguns moradores, e menos outros. Por isso, providencia ações como essa, que foi o do cercamento.

Nós precisamos, então, criar um fórum, porque não tivemos a Praça Pôr do Sol como praça. Criar um comitê de usuários, que é o que está previsto na Lei 16.212. Essa lei, infelizmente, depois de cinco anos em que foi aprovada, não foi regulamentada pelo Executivo. O Executivo precisa regulamentar essa lei, para que a constituição do comitê de usuários da praça possa se constituir, embasado numa legislação completa.

Precisamos, dessa maneira, criar um fórum participativo para definir como a praça vai ser gerida, inclusive, mas não exclusivamente, obviamente na questão do cercamento. Eu acho que a Praça Pôr do Sol precisa ter um conjunto de equipamentos condizentes com seu uso e com a sua condição e tem de ter um regulamento de uso também.

Tem de ter um regulamento de uso, porque o fato de ser aberto a todos não quer dizer que ela possa ser usada por todos da maneira como cada um quer que ela seja utilizada. Portanto, temos de ter uma instância participativa, ter um regulamento de uso, decidir quais são os equipamentos que têm de ser feitos.

Finalmente, como já vários falaram aqui, nós não devemos cercar uma praça. Eu acho, inclusive, que nem parques deveriam ser cercados. Eu acho que o cercamento desses espaços públicos, na verdade, acabam fazendo com que a Cidade perca. Em Nova Iorque, em Londres, em qualquer cidade civilizada, nós não temos cercamento de parques.

Temos de discutir isso. É claro que isso tem de ser feito de maneira concomitante com o processo de aprofundamento da educação ambiental, da educação de uma maneira geral, para a convivência na nossa cidade, com o aumento da segurança, com todos os elementos que, infelizmente, não tenho tempo aqui para falar, mas que fazem parte de uma cidade, que garante direitos para todos e um deles é o direito de participação e de usufruir com segurança os seus espaços públicos, os espaços de todos.

Obrigado, Silvia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Nabil. Antes de chamar o nosso próximo inscrito, a Vereadora Cris Monteiro pediu para fazer uma saudação breve aqui. Então, agora, com a palavra a Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Silvia. Obrigada a todos. Desculpem-me por entrar na frente de outras pessoas, entendo que esse não é o processo. Mas, terei de sair e serei breve.

Primeiro, algumas considerações. Até agora, o que eu ouvi me dá a impressão que há uma unanimidade de que a praça deve estar aberta a todos. Eu, como disse, vivo aqui muito próximo, não no cercamento em volta da praça, e o que colocaram lá de fato não está agradável ao olhar.

O que eu pergunto, até ouvindo o Nabil, agora no final, sobre o direito de todos, e de novo, eu ainda não tenho a minha opinião como Vereadora 100% formada, mas gostaria de ouvir também alternativas para as pessoas, que vêm sofrendo com a praça do jeito que está sendo usada.

A gente não vai lá só para ver o pôr do sol. Todos nós sabemos que há uso de drogas, música alta, baderna, sujeira. Enfim, toda sorte de problemas que causa aos moradores do entorno. Eu não moro lá, mas tenho compaixão por essas pessoas que vêm sofrendo com isso.

E eu gostaria muito de ouvir alternativas que fossem capazes de fazer com que a praça fique aberta, mas que o sossego dos moradores também fosse respeitado, porque eles também têm o direito ao sossego. Eu não estou lá, então para mim de certa forma é muito fácil defender a praça fechada. Eu não vivo lá e de forma geral sou partidária dos espaços públicos abertos. Óbvio, não posso querer que os espaços públicos sejam fechados. Eu os quero abertos.

Mas, também quero que todos tenham o direito de viver de forma sossegada. Que as pessoas possam fazer uso da praça, mas que os moradores possam dormir em paz. E, no dia seguinte, quando acordarem, possam caminhar pela praça, usar a praça como todos

queremos usar. Mas, que não tenham de se deparar com a sujeira, que não possam dormir à noite por causa da baderna.

Então, estou dividida entre esses dois polos. Aqui ouvi praticamente todos defendendo a praça aberta. Eu também defendo a praça aberta, mas gostaria de ouvir outras sugestões para que a praça possa de fato ser aberta, que o uso possa ser um uso civilizado e que os moradores do entorno também tenham os seus direitos respeitados.

Vou deixar então, isso com vocês. Vou ter de sair e pretendo voltar. Obviamente, vou continuar escutando, não vou falar mais, porque já usei o meu tempo de fala.

Mas, queria deixar essa reflexão aqui com todos, porque isso também é o uso do espaço privado. Enfim, se algum de nós, que estamos aqui defendendo a praça aberta, estivesse morando justo ali na beira da praça, não podendo dormir, acordando e vendo a sujeira, tudo o que sabemos, uso de drogas, talvez, não tenho certeza, o comércio das drogas ali, na frente da sua casa, isso é muito desagradável.

Eu também viajei muito. Na realidade, há essa diferenciação aqui entre praça e parque. Os parques, aparentemente, pelo que estou entendendo, podem sim ser cercados, as praças, não.

Então o que a gente pode fazer em relação a isso?

O Parque Villa-Lobos, como disse o Flávio, é fechado em determinado momento do dia, às 22h ele é fechado. Será que essa seria uma alternativa? O Flávio está dizendo aqui que não. Mas, enfim, o qual é a alternativa para que as pessoas que vivem no entorno tenham também seu sossego respeitado? Eu deixo vocês com essa reflexão.

Vou sair, pretendo voltar. Muito obrigada. Parabéns, Silvia, pela audiência. É dessa forma que a gente vai encontrar soluções para todos. Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereadora Cris Monteiro.

Lembrando que as praças são espaços públicos geridos pelas leis municipais e também pelo Estatuto da Cidade.

Vou chamar agora a Sílvia Zanotti Magalhães, Diretora da Associação dos Amigos do Alto de Pinheiros.

A SRA. SILVIA ZANOTTI MAGALHÃES - Bom dia, Vereadora Sílvia. Agradeço a oportunidade de falar aqui.

Sou da Associação dos moradores do Alto de Pinheiros, que já tem 40 anos e que tem, muito perto da Subprefeitura e da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, buscado soluções para a Praça. Eu vou tentar dar o contexto de todo o trabalho feito por nós e pelos vizinhos do entorno.

Desde 2021 a gente tem se mobilizado para conseguir melhorias para a Praça. Desde a década de 1970 até 2012, a Praça funcionava muito bem como uma praça de bairro, como disse a Rosa no seu vídeo, tendo a apreciação do pôr do sol, sem causar nenhum incômodo para os moradores do entorno e funcionando lindamente. Com o aumento do uso, começou a incomodidade, a geração excessiva de lixo e esse conflito se estabeleceu entre uma quantidade grande de usuários e o sossego dos moradores do entorno. Desde então a gente tem buscado soluções.

Em 2014 isso aumentou ainda mais. A gente teve a Copa do Mundo, a Vila Madalena ganhou notoriedade e junto à Praça do Pôr do Sol, teve milhões de pessoas visitando a Praça. Houve um debate muito aprofundado no Cades sobre o futuro da Praça e como que isso poderia ser gerido. Nesse debate se chegou à conclusão de que a política pública que daria conta de oferecer mais serviços e mais infraestrutura para aquele espaço, para suportar aquela quantidade de gente seria transformá-la em parque.

Assim, continuamos pressionando para que essa recomendação feita dentro do Cades, apoiada pelo subprefeito na época, fosse acatada. Aí foi articulado com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e finalmente o Prefeito Fernando Haddad transformou a Praça em parque. Em 2016 a gente conseguiu... Pressionamos também para que o Conselho Gestor fosse eleito, para que a política de parque fosse implantada, porque ela se transformou em parque, porém sem nenhum recurso e nenhum investimento da Secretaria do Verde e Meio

Ambiente, por causa do contingenciamento de recursos. O Conselho Gestor foi eleito, mas nada aconteceu.

E a gente teve também, enquanto era parque, um evento específico que era a superlua, que trouxe milhões de pessoas para a Praça, foi uma confusão, uma quantidade de lixo absurda, e mais uma vez... (Falha na transmissão.) ...para retirar lixo da praça de uma forma organizada foram os moradores do entorno que voluntariamente tiraram toneladas de lixo...

Por favor, você poderia fechar o microfone.

Em 2017 a Praça voltou a ser praça por decreto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na verdade o Executivo e nós voltamos à situação que temos. Não temos uma política pública capaz de dar soluções para aquele espaço. Hoje em dia as praças recebem limpeza urbana uma vez por semana, se muito, essa limpeza não acontece aos fins de semana; não há possibilidade de vigilância.

Então a gente foi construindo aos poucos parcerias específicas com a Subprefeitura para buscar soluções. Então, por demanda junto à Ilume, conseguimos melhor iluminação da Praça. Com a articulação dos moradores do entorno, doamos uma guarita e a Subprefeitura destinou dois vigias que ficam na Praça. Também por articulação dos moradores do entorno junto à Subprefeitura e aos vereadores, conseguimos emenda parlamentar para revitalização do parquinho, o que trouxe um melhor uso da Praça; e revitalização também das calçadas e dos passeios internos, o que trouxe também um ambiente mais favorável.

No entanto é impossível, dentro da gestão de praças da Subprefeitura, a implantação de banheiros, isso não está previsto. Nós clamamos, como moradores, para que esta Casa, os vereadores nos ajudem a buscar soluções para encontrar uma gestão de espaço público que dê conta das praças, porque tem uma situação em São Paulo que, quando a praça recebe mais visitantes e cumpre seu papel social, tem gerado um conflito com os moradores do entorno, por uma falta de política pública que possa abraçar esse maior uso. Não é só a Praça do Pôr do Sol que sofre com isso. Tem a Praça Horácio Sabino, na nossa região, a Praça

Roosevelt e muitas outras. Então ou ela é uma praça com pouca infraestrutura, ou ela tem de virar um parque para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Nós somos favoráveis ao cercamento como uma solução de continuidade. Não é a última coisa que vai ser feita para melhorar essa praça. O público que frequenta a Praça à noite, no período da madrugada, que tem um desvio de conduta e que promove diversas ilegalidades - tem venda de bebida alcoólica ilegal, existe consumo de drogas e bebidas alcoólicas, perturbação de sossego -, não é aquele público calmo que vai apreciar o pôr do sol e curtir a natureza, mas aquele que vai lá num momento de balada. Muitas vezes nós presenciamos, pela manhã, pessoas desmaiadas, por estarem bêbadas em coma alcoólico. É um público que faz uso prejudicial até a si mesmo.

É preciso que o Estado faça gestão nesse espaço para que o regulamento de uso, como disse o ex-Vereador Nabil, seja cumprido. Não é possível mais tolerar a sujeira, a balbúrdia, fogueiras durante a noite. Depois de tantos anos, sendo este um espaço vitrine da nossa cidade, para nós é uma vergonha que a cidade de São Paulo tenha como ponto turístico um espaço sem gestão.

Mas nós acreditamos que a cerca pode dar conta num momento de falta de recursos de uma regulação, de impor uma maneira de uso da Praça mais respeitosa e barata.

Pedimos, desesperadamente, que sejam encontradas novas maneiras de gestão das praças com grande movimento, porque da maneira que está vemos que é inviável.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Vamos seguir a sequência dos inscritos, com a palavra o Sr. Gabriel Penteado, participante do Coletivo Pôr do Sol Sem Cerca. (Pausa)

O SR. GABRIEL PENTEADO - Obrigado por passar a palavra, também pelas colocações que foram feitas.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tivemos um problema com o áudio e a imagem do Sr. Gabriel.

Vamos passar para o próximo, o Sr. Diego Mengato de Alexandre, participante do Pôr do Sol sem Cerca e ex-Cades.

O SR. DIEGO MENGATO ALEXANDRE – Bom dia a todos, bom dia Bancada Feminista. Quero agradecer à Bancada porque são décadas que o Poder Público não dá atenção à Praça Pôr do Sol. Temos uma bancada de Vereadores que realmente chamou uma audiência pública, coisa que é extremamente importante para discutir tanto os lados que não querem a cerca, quanto os lados que querem a cerca. É assim que a gente vai chegar numa solução.

Eu sou ex-conselheiro do Cades, fui um dos primeiros que abri uma conversa na Subprefeitura de Pinheiros para realmente desenvolver o tema Praça Pôr do Sol. Recebemos os moradores, a SAAP também, para discutir as soluções. As soluções são muito claras: infraestrutura, não o cercamento.

Quando a gente entra numa discussão de que apenas os frequentadores consomem drogas, que os frequentadores da noite tomam bebida alcoólica, conclui-se que é mentira. Os frequentadores do período da tarde consomem bebida alcoólica, usam drogas, há venda pelos ambulantes, tem sujeira, também comem Mcdonalds, jogam sujeira em todo lugar. Fechar à noite não vai solucionar um problema que não é só da noite, mas de vários horários.

O importante, mesmo, é dialogar.

Como foi o resumo da SAAP, nossa, quanto a gente dialogou e abriu conversa. Eu convido a SAAP e os Vereadores a continuarem essa conversa. Porque a gente teve uma grande surpresa, em dezembro, do ano passado, porque, sem qualquer consulta prévia aos moradores, eles fecharam a Praça. Em vez de manter o diálogo, a Gestão o cortou. Qual o sentido disso? Não faz nenhum sentido.

Nós vamos chegar a alguns pontos que marquei aqui: a Praça Pôr do Sol está sem projeto técnico para o alambrado; a sua reabertura se daria no início de abril, mas até este

momento ainda não aconteceu; a Praça é o único espaço público que continua fechado em São Paulo, fugindo do padrão de abertura das fases impostas pela Comissão de Saúde, da Capital; o alambrado tinha como objetivo de substituir o alto custo dos tapumes, que são os alugueis - agora, temos um custo duplo do alambrado e do tapume; não houve consulta popular.

Outro ponto importante é que lá no Cades a gente votou realmente para aprovar a transformação da Praça em parque. A gente colocou um ponto muito importante na aprovação, que o Cades não aprovava o cercamento da Praça. Então poderia virar parque, mas sem cercamento.

Está muito claro que o status parque não funcionou. Não adianta continuar a discutir a questão parque.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Concluindo.

O SR. DIEGO MENGATO ALEXANDRE – Vamos virar essa página o mais rápido possível.

Para concluir, eu convido todos os Vereadores que têm interesse a se unirem e criar um grupo de trabalho sobre as questões da Praça Pôr do Sol. Já passou do momento. Vamos unir forças, acho que todos têm interesse porque é a praça mais popular de São Paulo. Todos os Vereadores que participarem disso terão uma projeção. Então, por favor, vamos abraçar a Praça Pôr do Sol e trazer um projeto sério.

Para mim, cercar praça significa que o Poder Público largou, desistiu, porque cercamento significa desistir, não evoluir a situação.

Obrigado a todos, agradeço a atenção. Bola prá frente.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, pela participação do Sr. Diego. Vou chamar agora o Sr. Gabriel Penteado.

O SR. GABRIEL PENTEADO - Olá, bom dia a todos. Tive um problema de conexão.

Quero agradecer a oportunidade...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Gabriel, não estamos conseguindo ouvi-lo. Vou passar para a próxima. Vai tentando resolver seu problema de conexão.

Chamo a Sra. Patrícia Oliveira, advogada, entrou com representação no Ministério Público para que a Praça não fosse cercada. É participante do Coletivo das Vilas Beatriz, Ida e Jataí.

A SRA. PATRÍCIA OLIVEIRA - Obrigada. Bom dia a todas e a todos. Muito obrigada à Bancada Feminista por proporcionar a todas e a todos nós este espaço de discussão.

Eu não vou repetir, aqui, as pontuações que já foram feitas pelos advogados anteriores, o Dr. Leandro e a Dra. Soraia. Está muito claro que o que aconteceu no cercamento da praça foi a adoção de uma medida que não tem respaldo legal em nenhuma instância, nem na instância federal, nem nas instâncias legislativas municipais, em vários dos seus diplomas legais.

O que eu acho que é importante pontuar, aqui, é a questão de fato que levamos, analisando o processo administrativo que levou ao cercamento da praça. Percebemos esse fato específico e eu não estou nem discutindo a questão de fundo, que é da ilegalidade, mesmo, mas o que identificamos nos documentos que instruem o processo administrativo que levou ao cercamento da praça é que em nenhum momento tratou-se de pandemia. Em nenhum momento tratou-se de cercamento sanitário.

Vimos, em abril do ano passado, tão logo foi decretada a emergência de Saúde Pública, o cercamento, para evitar aglomeração. Esse foi o argumento. Foi um cercamento com aqueles tapumes de metal. Isso aconteceu em abril. Em outubro, seis meses depois, sem que ninguém soubesse, a Prefeitura, dentro da Subprefeitura, iniciou um processo do que eles chamaram, em um primeiro momento, de “requalificação” da Praça do Pôr do Sol. Depois, transformaram o nome, de “requalificação” em “revitalização”, cujo objeto era exclusivamente o

cercamento. Eles chamaram isso de “fechamento perimetral”: o cercamento da praça, para atendimento de grupos, de associações de bairros e de Vereadores, que teriam ocorrido até a Prefeitura para solicitar esse cercamento por questões de segurança e conforto. É isso o que está no processo administrativo.

O que aconteceu? Então, às costas, enquanto havia o cercamento supostamente sanitário e invisível para quem circulava na praça, como eu, por exemplo, que caminhava todo dia no entorno da praça, você não podia imaginar o que acontecia lá, dentro da praça. Nem a placa de obras foi posta a tempo, porque foi um processo licitatório. Houve as fases obrigatórias do processo licitatório e, quando teve início a obra, ainda não se tinha sequer a placa. No final de dezembro ou no começo de janeiro é que colocaram uma placa dizendo que as obras eram de revitalização. Ninguém podia imaginar que aquilo que estava acontecendo ali era um cercamento com alambrado.

Objetivamente, não houve nenhum tipo de transparência. A obrigação legal não é só de chamar a população para discutir o tema. A obrigação legal do gestor público – e o que falta é gestão pública, como todos, aqui, disseram – não é o mínimo de transparência, mas a transparência absoluta dos processos da gestão pública. Isso não houve e é muito importante que seja pontuado.

Gostaria só de informar que foi instaurado inquérito civil a partir da representação que nós fizemos. Desse inquérito civil partiu a recomendação à Prefeitura de paralisar qualquer obra. Eu vou até ler um trechinho de três linhas, da Promotora:

“Venho, pelo presente, recomendando a imediata paralisação das obras de fechamento e revitalização da Praça do Pôr do Sol, até que seja garantida a prévia e efetiva participação popular nessa intervenção pública, em especial, por meio do respectivo comitê gestor a ser criado, bem como até que sejam esclarecidos os apontamentos feitos pelo Caex, que é um centro de apoio ao Ministério Público, cujo parecer técnico segue anexo.”

É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Patrícia, pela sua participação e contribuição com todas essas informações, inclusive, com recomendação do Ministério Público.

É só para avisar que, realmente, nós não vamos conseguir passar o vídeo do Prof. Fábio Mariz, mas ele está disponível no chat. Nós disponibilizamos o vídeo no chat e agora eu vou seguir, aqui, chamando o Alain Clement Lesser Levy, que é participante da SAAP. Está aí?

O SR. ALAIN CLEMENT LESSER LEVY – Sim, estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra, então.

O SR. ALAIN CLEMENT LESSER LEVY – Bom dia. Estou falando como morador do entorno da praça, e não como representante da SAAP, de que eu não sou membro. Quero agradecer a possibilidade de me manifestar. Acho muito interessante que haja, realmente, um debate, para que todo mundo entenda as diversas visões sobre o cercamento da praça.

Quando estamos falando de cercamento, muitas pessoas acham que nós estamos falando de fechamento. Acho que a discussão, aqui, está clara. Não é o fechamento da praça. O acesso à praça continua sendo livre, como deve ser, para todo mundo, para toda a população da zona Oeste, como foi dito – e não só da zona Oeste, mas da Cidade inteira e, inclusive, dos municípios e do País inteiro. Não há absolutamente nenhuma restrição ao acesso.

Como morador e usuário da praça, digo que é uma praça linda, como se diz. É uma visão que há, ali, do pôr do sol. É um marco, agora, da Cidade. Realmente, as pessoas têm de poder disfrutar dessa praça. Disso não tenho a menor dúvida e fazem isso. Principalmente, durante o dia, vemos muita gente aproveitando – famílias, pessoas que vão sozinhas, grupos que tocam música, que bebem, também, e que fazem piquenique. Acho que isso faz parte, realmente, do bom uso da praça.

Porém, o problema vem – e poucas pessoas falaram disso – à noite. Como a Vereadora Cris Monteiro e a Silvia da SAAP falaram, realmente, a coisa muda completamente à noite. Então, se achamos que é interessante defender que a praça fique aberta para

favorecer as pessoas que vão à noite consumir ou vender drogas, fazer barulho - o que não deveria a partir das 22h -, acender fogueiras nos dias frios, porque querem passar a noite toda gritando, então, realmente estamos com problema.

Esse mau uso da praça, a partir das 22h, acredito que tem de haver controle sobre ela. Enquanto não houver políticas públicas, enquanto não houver vigilância, para evitar que sejam feitas outras contravenções, que se feche a praça durante um período, que seja discutido pelos seus Vereadores, que vá das 22h às 6h da manhã, ou às 5h – se alguém quiser fazer uso da praça às 5h, talvez durante o verão, que já está claro e a pessoa queira aproveitar. Eu acho prudente. Mas está realmente atrapalhando todo mundo, a própria praça, porque o lixo fica ali, o desrespeito ao silêncio durante a noite e o consumo de drogas deveria mobilizar os senhores, deveria mobilizar os Srs. Vereadores.

Agradeço a possibilidade de me manifestar e espero que realmente o cercamento da praça seja mantido e com horários regulados de acesso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Com a palavra Gabriel Penteado. (Pausa) Com a palavra o Sr. Sasha Tom Hart, participante da Associação de Moradores de Pinheiros, atual Conselheiro da CMTT e ex-Conselheiro do Cades Pinheiros.

O SR. SASHA TOM HART - Muito obrigado. Quero agradecer muito a oportunidade e parabenizar pela organização desse espaço, que é muito importante.

Estou com um problema, há algum tempo – desde quando colocaram não só uma cerca, mas também um alambrado, um portão fechado –, que é explicar para os meus filhos. Moro ali próximo e como explicar para os meus filhos que eles não podem ir mais nesse lugar? Falaram que é por causa da pandemia! Então vou ao shopping, ao lado, com eles. É isso? Shopping center é seguro! Lugar fechado? Por que só esse lugar está fechado? Vamos combinar: isso não tem nada a ver com pandemia, até porque essa história da parte noturna está proibida de qualquer jeito, não pode sair à noite etc. Mas a solução que ouvi do meu filho é se não pode realmente ir na praça, porque tem problemas e tal, então faz um fosso em volta

e enche de jacarés - talvez seja o que todos estejam querendo. Tomar vacina no braço e ter um fosso com água para todos se confraternizar.

Então além da cerca, do alambrado, do muro, do portão, vamos fazer um fosso, porque aí talvez resolva e consigamos atender inclusive a necessidade dos meus filhos, porque faz um ano e meio...O que fazemos? O outro lugar que eles iam, no Largo da Batata, que tinha um espaço muito bacana para eles, também foi todo trocado, infelizmente, de novo, sem participação democrática. Falo isso porque fui do Cades de 2015 a 2017. E infelizmente, o Cades, que é o espaço de discussão de questões de meio ambiente, de desenvolvimento sustentável - olha que coisa linda - cultura de paz – não tenho dúvidas de que todo mundo quer, todo mundo quer paz. Mas ele foi ignorado, foi desvalorizado e suspenso. Não temos mais o Cades. A lei exigindo que tenha o Cades está sendo desrespeitada. Agora, na outra semana, falaram que vai haver novas eleições, mas acabaram com o Cades. O que foi discutido, obviamente, parece que está sendo ignorado, até porque subprefeito estamos tendo um a cada seis meses, um ano. É impossível acompanhar e todo o processo parece que se perde.

Precisamos ter uma gestão participativa e democrática com as pessoas que independam de: Ah, quem é o Vereador agora? O subprefeito agora? Esse espaço é de quem? Só dos vizinhos como eu? Não. Devemos lembrar que é da Cidade.

O pedido é para que possamos pensar a cidade, criar mais opções para a cidade, pensar em todos. E não como bem disse o José Armênio, que o pessoal vai lá de carro. Não é só pessoal de carro. Não tenho que pensar: poxa, a que horas que eu posso sair. O espaço público não só está sendo cercado, como 2/3 é para carro. O último pedido: tire as vagas de carros em volta, por favor, amplie o espaço para rua, por que não? O mundo todo está fazendo isso e claro vamos fiscalizar, porque todos querem paz. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Muito obrigada, Sasha pela participação. Agora, Juliana de Freitas Leal, participante do coletivo Pôr do Sol sem Cerca.

A SRA. JULIANA DE FREITAS LEAL - Obrigada pela oportunidade de trazermos esse assunto tão importante. Não se trata só da Praça Pôr do Sol, mas sobre o uso dos espaços verdes nossa cidade. Veja bem, a convivência em espaços públicos gera debates e, tendo crescido em uma sociedade extremamente individualista em que pouco aprendemos sobre a coletividade dos espaços e dos cuidados, é natural que surjam conflitos. Na minha opinião estamos lidando com os conflitos de forma errada. Temos problemas reais, mas temos soluções falsas e discursos extremamente elitistas e racistas de soluções de problemas num dos bairros mais elitizados de São Paulo, e eu sou moradora do bairro. As populações pobres foram simplesmente sendo expulsas, ao longo do tempo, isso é importante de lembrar, e todo esse processo tem discussão, tem participação popular, e com decisões de cima para baixo.

Então, só lembrando um pouco o que a Patrícia trouxe, a publicação de 19/11, que está no Diário Oficial da Cidade, abre a licitação pública para contratação da revitalização da praça. Só no dia 10/12 é que soubemos que a principal intervenção da revitalização seria a instalação de alambrados abrindo aspas para tudo isso: "com objetivo de atender as demandas de segurança, conforto dos usuários e melhoria de sua aptidão como um parque pelas suas dimensões e utilizações". Em nenhum momento é citada a situação da pandemia. Essa narrativa, em minha opinião, parece ter sido construída após intensa manifestação da imprensa, de moradores, e questionamentos advindos de moradores, de Vereadores e do Ministério Público. Mas, em todos os requerimentos de informação pedidos a Subprefeitura, alegaram que foi pela questão da pandemia.

Pois bem, nenhuma praça mais em São Paulo sofreu essa intervenção e até mesmo os parques que estão hoje permitidos em lei o gradeamento, ao contrário das praças, estão abertos para uso. E, além dos shoppings centers, que nem ao ar livre são. Então, qual o sentido de tudo isso nesse momento? O argumento da pandemia acaba caindo um pouco. Além disso, a gente tem visto pessoas com cachorro usando a praça de forma privativa, porque hoje ela não está aberta. Então, é para isso que serve ficar fechada? Fica esse questionamento.

Além de tudo isso, os tapumes foram afixados na cerca, então, além do gasto da cerca, tem o gasto do tapume. Qual o sentido disso também? Até quando a população vai pagar por decisões tomadas antidemocraticamente? Tudo isso precisa ser explicado muito bem e cai o argumento da pandemia. Então intervenções desse porte devem ser amplamente discutidas. Portanto, o certo é retirarem a cerca, estabelecermos o conselho participativo da praça e então discutiremos sobre o problema de gestão que tem sim muitos. Então, não é justo que pós pandemia a gente parta de um lugar completamente diferente do que estávamos anteriormente. Essa decisão foi tomada monocraticamente e não temos espaço de fala.

Então precisamos estabelecer um conselho para que discutamos todos os problemas reais da praça e que cheguemos a soluções melhores. A argumentação varia muito, mas que tem como fundo a pandemia, não existe e, principalmente, em todos esses processos administrativos que têm informações públicas e foram publicadas no Diário Oficial da Cidade. Era isso que eu gostaria de trazer.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Juliana. Tem a palavra o Sr. José Ricardo Rezende, que é participante da SAAP.

O SR. JOSÉ RICARDO REZENDE – Bom dia a todos. Eu quero dizer que sou morador em frente à praça, eu tenho 59 anos, eu nasci lá antes da praça ter sido implantada, então eu acompanhei bem a história da praça ao longo dessas quase seis décadas. A praça mudou muito, a ocupação da praça mudou muito, e as respostas do poder público a essas mudanças foram insuficientes.

Nós enquanto sociedade civil organizada nos mobilizamos, conseguimos algumas melhorias ao longo dos anos, como a Silvia ponderou, melhoria de iluminação pública, instalação de câmeras coletivas, doações para os vigilantes, instalação de lixeiras, negociação com a concessionária para fazer a remoção do lixo diariamente, o que não está previsto no contrato, isso é uma concessão, mas, a despeito de todos os esforços, a situação vem degradando ao longo dos anos. É só vocês verem a quantidade de casas vazias. O sujeito está

num bairro residencial, que ele não tem sossego e tem todo um impacto de um uso da praça, que não foi equalizado, é duro.

Eu estou entendendo os argumentos, acho que a praça foi cercada assim inicialmente para prever a pandemia, mas o poder público tomou consciência de que ele tinha necessidade de ter uma ferramenta de gestão.

Nós não estamos a favor do fechamento da praça, pelo contrário, o espaço é público, deve continuar público, com acesso irrestrito para todas as pessoas que desejaram, sejam da zona Oeste, ou de outras zonas, ou lugares do planeta. Agora tem de ter uma regra de uso. Está totalmente descontrolado, especialmente nas madrugadas. Existe uma rebordosa da Vila Madalena, quem não conhece, eu duvido que muitos de vocês frequentem a praça de madrugada, a coisa sai da casinha, são raves, são pessoas que chegam bêbadas, alteradas, são traficantes, é homicídio, é assalto, é roubo, é ambulante, é um negócio fora de controle e que impacta o uso dos outros públicos, o uso do espaço por outros públicos.

Nós temos um asilo de velhos em frente, na Décio Reis, ninguém mais frequenta, tem caco de vidro, as pessoas, acho que foi o Fábio que falou, o que é que faz com tanta gente sem banheiro? Não sei, é um problema, mas também transformar as nossas casas em banheiro é um problema. É política pública, temos de equalizar. Agora, francamente, eu acho que o impacto maior é no horário restrito, por um público restrito, que ocorre nas madrugadas, enquanto não tivermos recursos públicos para poder dar as condições das 24 horas, vamos falar claramente: praças podem ser fechadas.

Querem um exemplo no bairro, em frente ao parque Villa Lobos, do lado oposto da Avenida, tem a praça conhecida como Praça dos Cachorros, que é cercada e temos parques sem cerca. Eu já pedi esse levantamento, não tem fundamento. Agora, que precisamos de solução para os problemas, precisamos. Que a sociedade civil tem se empenhado, tem, que tem havido muito debate no Cades, eu fui membro do Conselho Gestor e participei e simplesmente era insólito, não tinha recurso nenhum da Secretaria do Verde. Nós ficamos dois anos nos reunindo para nada porque o parque não saiu. Então, vamos fazer disso um parque,

ok, vamos instalar banheiro, porque realmente não há previsão de banheiro em praça pública. Vamos transformar em parque, ok, agora o que não dá é para continuar um descalabro, uma terra de ninguém durante as madrugadas.

O pleito é justo, eu acho que é uma etapa de uma construção que tem de ser feita, agora precisamos também de um pouco de empatia de quem é contra o cercamento, pois precisamos ter uma solução também para o entorno e até para os entes públicos. Eu tenho filhos. Nós vamos frequentar o parquinho, que foi uma batalha a gente conseguir essa revitalização, ótimo; mas chega de madrugada, tem garrafa quebrada dentro do parquinho das crianças, tem ampolinhas de coca. Não dá, gente! Tem que ter um esforço coletivo para encontrar uma solução para um bom uso para a maior parte da população. Agora, se uma parte da população não tem civilidade, a gente tem que conseguir regrar isso, impedir isso. A PM já fez a Operação Saturação, a Guarda Civil já foi acionada. Falar que não houve debate é quase acintoso. Tem havido debate intenso e longo. Vimos há anos debatendo com o Poder Público. Nós não estamos começando essa conversa agora, isso não foi num estalar de dedos.

Era isso o que eu tinha a falar. Entendo que haja opiniões contrárias, respeito; mas estou aqui colocando o meu lado e o de muitos que pensam como eu. Se querem conversar, vamos conversar; mas vamos também equalizar o problema sob todos os aspectos, não somente sob o de alguns. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, José Ricardo. Passemos agora à Sra. Mônica Peres Menezes, membro do Pôr do Sol sem Cerca.

A SRA. MÔNICA PERES MENEZES – Bom dia a todos. Sou geóloga, trabalho com remediação de áreas contaminadas. Passo meus dias querendo trazer de volta para a população uma área que foi contaminada por indústrias ou por usos indevidos. Estamos tentando reabilitar esses lugares para voltarem para o Poder Público.

Espanta-me uma solução contrária. Temos uma praça da zona Oeste que é de uso público, não de uso privado, mas está cercada. Hoje eu sou do bairro, mas antes não era. Eu via, nos anos 70, eu frequentava a Praça Pôr do Sol à noite, eu fazia parte daqueles que

vinham e colocavam sobre a calçada, hoje eu acho um absurdo, mas eu fazia isso. Eu vinha com os meus amigos, os carros ficavam sobre a calçada, era um bando de casais namorando e também pessoas bebendo. Ou seja, esse problema vem dos anos 80.

Depois, como moradora do bairro, já havia a barraca de açaí e água de coco, e era muito legal, porque ajudava a manter um ambiente bem saudável ali. As pessoas faziam esportes, andavam de bicicleta e paravam na barraquinha, e isso mantinha a praça limpa. O pessoal da barraquinha do coco ajudava a recolher o lixo e manter a praça limpa e segura.

O que deduzimos de tudo isso é que o problema é questão de atuação do Poder Público. Não adianta os moradores se reunirem e comprarem tudo. Sei que o morador da zona Oeste pode e faz, mas é um absurdo. O Poder Público tem que gerenciar essas praças. Tem que ter zeladoria, tem que ter segurança, tem que ter banheiro. Concordo que tem que se discutir com todos. Há uma praça em frente à minha casa que foi revitalizada, e é muito legal. De vez em quando também tem festa até de madrugada, mas é uma praça muito menor. Entendo a questão dos moradores, mas não acho que cercar é a solução.

Acho que temos que cobrar do Poder Público uma atuação. Existe uma lei, é uma praça. A zona Oeste não pode se fechar como está se fechando. O que tem de cerca na zona Oeste entre ruas é um absurdo. Isso não é solução, gente; isso é paliativo. O Poder Público tem que se manifestar e é quem tem que atuar. A pandemia é uma desculpa deslavada, é um horror a gente passar lá hoje. Acho que nem o morador da frente gosta de ver a coisa daquele jeito, está horrível. Vamos abrir a praça para o Poder Público, vamos usar e vamos discutir entre todos. Agora, realmente, falta uma atuação mais incisiva, como todos já disseram.

Em relação ao argumento de que tem que cercar por causa das crianças, isso não existe. O pai tem que tomar conta do seu filho. Se há uma praça a céu aberto, você tem que estar de olho na criança, você simplesmente largar e achar que cercar é a solução para seu filho não sair correndo para o meio da rua, porque ele sairá pelo portão se você não estiver olhando. Cachorro, já tem local cercado, não é? Então, vamos abrir a praça, vamos usá-la.

Meu filho, que estudou no Santa Cruz, ele ia lá. Por que ele ia à Praça dos Amigos? Porque vinha o pessoal da periferia fazer competição de reggae e rap. Eles iam para lá interagir com os adolescentes que moravam longe, o que é bárbaro. É o que precisamos fazer para os nossos filhos: eles saírem um pouco dessa bolha na qual eles vivem. Acho assim: primeiro, sair da bolha da zona Oeste, pois estamos cercados cada vez mais. Isso não é solução para acabar com violência e sequestro. Quanto mais as pessoas cercarem, mais isso vai acontecer. Quanto mais a gente se elitizar, pior vai ficar para todos nós.

Então, o elitismo, o cercamento não é solução. Tem que haver uma solução? Sim. O Poder Público tem que pegar essa praça, que é dele, é do Poder Público, é de uso público? Tem. Eu morei num local onde havia uma praça chamada Monroyale, enorme. Não havia cerca, ela era usada por pessoas do mundo inteiro. Vinham turistas, pessoas de todos os lugares. Tem pessoas da periferia, pessoas de todos os tipos. Eu frequentava a praça, e o Poder Público tomada conta, limpava, mantinha banheiro limpo. Então, essa função é do Poder Público, não do morador do bairro. O Poder Público tem que pegar isso em suas mãos, e não é cercar que vai resolver, porque não vai resolver. As pessoas vão continuar sendo sequestradas e assaltadas. Estamos num bairro de classe média alta em um país cada vez mais pobre. Então, isso não é solução.

Era só o que eu queria registrar. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Monica. Chamo agora a Sra. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite, membro da Praça Pôr do Sol sem Cerca e também do Fórum Verde Permanente.

ASRA. ISAURA MARIA RIBEIRO DE SAMPAIO LEITE – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar meus colegas. Sou arquiteta. Há uma coisa na fala do José Armênio que passou um pouco despercebido: “Nossa vizinhança contribuiu para a manutenção da praça”. Isso é completamente contraditório com os compromissos que têm que ser assumidos pelo Poder Público, não pela vaquinha feita pela vizinhança. Acho que o problema já está criado na raiz. Não é a vizinhança que tem que proporcionar a manutenção das praças.

Agora, há um divisor comum que eu vejo. Todas as pessoas reclamam, tudo já foi dito, e acho que estarei sendo repetitiva; mas à noite em qualquer lugar, até em uma rua, não faz sentido não haver algum tipo de policiamento, de segurança; de, no dia seguinte, mesmo que uma praça seja ocupada, ela não ter uma limpeza. Se ela tem um agendamento, se ela tem uma rotina, se ela é uma praça temática, ela tem que ser tratada como tal. Acho que todas as demandas já foram debatidas.

Nós, com essa solução de cercamento, estamos indo na contramão de um projeto de democratização, de um projeto de inclusão. Estamos trazendo soluções fáceis para um processo que realmente a gente estava caminhando. Estamos caminhando para tomarmos os espaços de São Paulo, de ocuparmos as praças e trazermos a população de baixa renda, onde ela não é assistida, com os seus equipamentos nos seus bairros. Isso talvez fosse uma das soluções. Ela não é assistida lá. Ele vem com bom-gosto, porque sabe o que é bom, ir para uma praça. Ela não está indo beber na frente de um shopping, como na década de 90, que acontecia com os jovens. Eles não iam para as praças. Eles iam para frente de shoppings, para o lazer, porque não havia opções. Essas opções já são oferecidas, e a gente indo ao sentido contrário e não conseguindo ver a solução, seria a questão da educação, seria democratizar inclusive esses equipamentos nas periferias. As pessoas viajam, na verdade, para vir para uma praça temática, por quantas opções que a Cidade oferece.

Agora um denominador comum que eu percebi é sobre o policiamento. Falam que é à noite. Seria que essas soluções que a gente está buscando, como uma análise dessa solução, de ter sido feito o cercamento, foi a melhor opção? E o policiamento à noite? A gente perdeu uma coisa preciosa. A gente deixou de ter aquele olheiro natural. Hoje existem tantos programas de vizinhança solidária, de pessoas que são olheiras naturais. Cada um se incumba dessa finalidade. Eu acho que a gente pode achar alguns caminhos por aí, e não aquele, sempre, cerceando, limitando.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. José Luiz Franklin.

O SR. JOSÉ LUIZ FRANKLIN - Oi. Bom dia. Vou falar rapidamente. Eu estou muito bem representado nas falas da Sra. Raquel e dos Srs. Nabil, Diego, Patrícia, Juliana, Flávio e várias outras pessoas. Então, eu não vou repetir nada disso.

Eu só quero acrescentar que eu estou num lugar de fala aqui onde vejo os dois lados. Eu sou morador do bairro há 20 anos. Eu tive uma casa há 50 metros do Praça Pôr do Sol. Inclusive comprei a casa para ficar perto da praça, para aproveitar a praça, e depois eu vendi a casa muito bem por sinal. Até me arrependo de ter vendido. E eu sofri. Eu reconheço que existem esses problemas todos com o morador do entorno, como o Sr. José Ricardo falou. Eu morava muito perto dele, inclusive ali. A gente vê que é difícil mesmo. Há lixo e há barulho à noite. Eu já sabia de tudo isso ao comprar a casa. Eu acho que quem mora, na Praça Pôr do Sol, sabe disso.

Então, como a nossa amiga Mônica falou agora, esse problema já vem aí da minha infância. Eu me lembro de que a praça foi sempre ocupada. O pessoal sempre usou droga. A praça foi super, bastante ocupada. Isso não é uma novidade. É claro que pode ter crescido agora recentemente. Isso é positivo, como a Sra. Isaura falou agora. As pessoas estão usando o espaço público muito mais, mas apesar de eu enxergar isso, ver essas dificuldades e sofrer como morador do entorno, nunca defendi o cercamento.

Aliás, pelo contrário, isso aí até serviu como gatilho. Eu soube, na época, que havia uma associação de moradores de amigos da Praça Pôr do Sol, que era só de moradores bem do entorno mesmo. Eu participei ali. Cheguei a trocar alguns e-mails. Ia me inscrever no grupo. Acho que o Sr. José Ricardo era um dos líderes ali. Aí eu fiquei sabendo que o pessoal estava se mobilizando, justamente para pedir para o Sr. Haddad transformar a área em parque, cercar e tal. Na verdade, o cercamento sempre foi o grande tema ali. O pessoal falava de desvalorização dos imóveis; falava dessa questão, que eu acho completamente absurda, assunto que a Sra. Sílvia, da SAAP, falou agora; e o Sr. José Ricardo repetiu também. Acho

uma loucura. As pessoas não falam: "Se a coisa passa do limite, a gente precisa controlar". A gente não pode permitir o acesso dessas pessoas, fazendo essa balbúrdia. Oras, gente, essas pessoas são pessoas da nossa Cidade, são os usuários da praça. Pode haver mil medidas para que o uso seja mais civilizado, entre aspas, mas assim, não podem falar: "A vitrine da Cidade é uma vergonha". Então, acho que isso não faz o menor sentido. A praça tem que ficar aberta, inclusive durante à noite. Eu sempre usei a praça à noite. Então, não é porque uma parte dos moradores estão incomodados.

Então, eu só queria chamar a atenção para isso: Os moradores não estão representados nessa questão do cercamento, sequer os moradores do entorno estão representados. Eu conheço muitas outras pessoas. O cercamento foi uma medida absolutamente impopular. Foi sim tomada num estalar de dedos. Essa discussão existe. Existia no conselho gestor. Eu fui da chapa também do conselho gestor, que foi eleito. Inclusive a maioria dos membros do conselho gestor, quando era parque, foram eleitos contra o cercamento. Esse era o tema da eleição. Eu fiquei sabendo dessa mobilização a favor do cercamento em 2015. Isso foi gatilho para inclusive eu chamar o pessoal. Eu sou parte do coletivo das Vilas Beatriz e Jataí. A gente montou essa chapa e ganhou a eleição. Inclusive, depois o conselho foi desfeito, como a Sra. Raquel colocou. Houve enquetes no grupo de Alto de Pinheiro, no Facebook. Há mais de cinco mil pessoas. A grande maioria das pessoas é contrária ao cercamento, moradores e não moradores.

Houve um abaixo-assinado enorme. Nós criamos esses movimentos, do Pôr do Sol sem Cerca. Eu também faço parte. Então, eu quero dizer assim: A SAAP e esses poucos moradores do entorno não têm representantes nessa atividade, para falar sequer em nome dos moradores.

Eu queria só terminar falando o seguinte: Eu quis fazer parte da SAAP e me inscrever na SAAP para saber se lá, pelo menos, as poucas 200 pessoas que são associadas, decidiram ou fizeram alguma assembleia para saber se são a favor ou não do cercamento. Eu fui impedido de me associar à SAAP, e veio um oficial da SAAP me dizendo que eu não sou

bem-vindo à SAAP porque sou contrário ao cercamento da Praça Pôr do Sol. Isso é um conflito de interesses.

Então, vejam que absurdo. Só queria chamar atenção para isso, que a SAAP se coloca aqui e outras pessoas, como sendo pessoas que estão ali representando muitas outras pessoas, que estão a favor desse cercamento. É muito pouca gente. Estamos falando de uma minoria de moradores no entorno e de alguns poucos membros da SAAP e da diretoria atual que é a favor desse absurdo que foi feito, ilegal como todos expuseram aí. Era isso que eu tinha para falar, continuo usando as outras praças, todas abertas. Esse fim de semana estive na Horácio Sabino, acho que é importante, sim, cercar os parquinhos de crianças, áreas de cachorro, todas as outras praças fazem isso, como a praça das Corujas, é um ótimo exemplo. É isso. Muito obrigado.

A SRA. DAFNE SENA – Muito obrigada. Pessoal, temos uma questão de horário, sendo que nossa audiência seria de dez ao meio-dia, podemos estender um pouco, mas já chamamos 15 inscritos por falar e consideramos que este é um bom momento para trazer os encaminhamentos. Acho que o representante da SMUL não está mais presente. Se ele estiver pode dar um alo, por favor? (Pausa) É, não está mais, ele saiu, então, que eu vou propor.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Não saí. Estou presente sim.

A SRA. DAFNE SENA – Ah, que bom.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Estou ouvindo todas as contribuições atentamente para que ver dentre todas como podemos resolver a questão da praça. Estou presente sim.

A SRA. DAFNE SENA – Ótimo. Propusemos mesmo os encaminhamentos primeiro para você, mas antes, me permita perguntar se algum Vereador presente quer se manifestar. (Pausa) Não.

O SR. LÉO MAGLIO – Posso fazer uma fala bem rápida em nome do Professor Toninho Vespoli?

A SRA. DAFNE SENA – Sim, Léo, fique à vontade. Três minutos.

O SR. LÉO MAGLIO – É bem rápido, eu só queria, na verdade, parabenizar a Bancada Feminista pela audiência, é muito importante. Nasci e fui criado aqui na região, moro aqui na Vila Beatriz e frequentei a praça ao longo da minha inteira.

Queria reforçar algumas questões para o Poder Executivo, para o representante do Poder Executivo, no que tange do debate ampliado, com quem foi debatido isso, pois pelas manifestações podemos perceber que uma parcela grande da sociedade e dos frequentadores da região não foram ouvidos em relação ao cercamento.

Também em relação ao que a Raquel falou, que é fundamental, é que estamos numa situação de emergência, pandêmica, e a gente tem milhões de prioridades na Cidade e isso não é, de fato, uma prioridade nesse momento, ainda mais que temos um gasto duplo, com cerca e tapume. Fica, para mim, algo sem sentido diante da pandemia.

Acho que essas questões são fundamentais e precisam realmente ser respondidas como a própria Raquel bem colocou.

Então essa questão de qual é o sentido do tapume e cerca, é algo que precisamos entender e acho que se fizermos uma analogia com as cidades litorâneas, temos as praias que as pessoas frequentam, aqui em São Paulo não há praias, infelizmente, bem que eu gostaria, mas temos de frequentar o que temos: praças e parques, para nos divertirmos e sairmos de casa.

O que temos de entender é: se as pessoas querem um sossego pleno que, inclusive, o bairro de Pinheiros e até mesmo um local com sossego extremo, ela não pode querer morando em frente a um equipamento público, pois é de utilização de toda a sociedade e de outros moradores da Cidade. Não dá para se querer um sossego e uma paz completa se você mora em frente a uma praia, se você está no Rio de Janeiro, nem existe isso.

Então porque você vai esperar isso dentro de São Paulo, morando em frente a uma praça que é um cartão postal, que é um lugar conhecido mundialmente que é a Praça Pôr do Sol. Tem de ter um pouco dessa visão.

Como ficamos, então? Essas questões todas que foram colocadas de regulamentação de uso, claro, é importante, é fundamental, é uma instância participativa, é para melhor gestão. O que é feito em outros locais que tem uso intenso: maior frequência de higienização da praça, maior policiamento, então, acho que o cercamento é algo de extrema pouca discussão. Eu entendo que há um problema, claro, como em muitos outros locais da cidade, de conflito de usos, mas isso precisa ser discutido, como tem sido feito aqui e que deve ser ampliado e melhor debatido com a sociedade. Não foi feito assim, é uma pena, mas agora podemos fazer isso.

Outro tema que acho fundamental entendermos é por que não abriu o único equipamento público – que está fechado – quando os parques da Cidade estão abertos, os shoppings, não faz o menor sentido esse equipamento aqui estar fechado.

Entendo todos os lados, mas deixo o mandato do Professor Toninho Vespoli à disposição para participar do grupo de trabalho, para discutir encaminhamentos, se for um dos encaminhamentos que todos decidirem. Obrigado.

A SRA. DAFNE SENA – Muito obrigada, Léo. Acho que em todas as falas, seja dos especialistas, seja dos advogados, ficou muito clara a questão legal e técnica relativa ao cercamento da praça. Foi trazido também o argumento contrário, relativo à pandemia.

O Léo expôs bem o que eu ia dizer, justamente o porquê da Praça Pôr do Sol estar sendo cercada se todos os outros espaços – que não são ao ar livre, como os shoppings – estão abertos, sendo que a comprovação científica demonstra que o nível de contaminação é muito menor em espaços abertos. Então deveríamos estar dando prioridade para os espaços abertos, ao invés de estar permitindo a abertura só de shoppings, restaurantes etc.

Entendemos o ponto dos moradores que têm a visão contrária, mas precisamos vir com um encaminhamento sobre isso.

Queria trazer para a SMUL algumas propostas de encaminhamento para que nós possamos pensar em conjunto. O Léo já nos permitiu utilizar o mandato do Vereador Toninho para ajudar, acho que isso pode ser um bom caminho para começar.

Primeiro, então, que a SMUL proponha um projeto para a Praça Pôr do Sol, não só de revitalização, mas de solução de alguns dos outros problemas que foram relatados pelos moradores, que os incomodam. Claro que sem infringir as leis municipais como, por exemplo, o cercamento. Para que consigamos isso, é necessário retirar o cercamento da praça.

A gente propõe que seja realizado o processo de conformação do comitê gestor ou do grupo de usuários e gestores da praça, para que todo esse processo, tanto de revitalização das condições da praça, quanto de manejo do dia a dia do espaço seja olhado de perto por pessoas, tanto usuários, quanto moradores, no seu melhor interesse seja a própria praça. Que ela seja reaberta, assim como todos os outros estabelecimentos na cidade de São Paulo. Já estamos com outros abertos, como foi dito, tipo shopping e restaurantes etc., espaços esses que têm até um nível de contaminação muito maior, enquanto que a praça, ao ar livre, não está. Isso é um dissenso, algo que não faz sentido.

E que a gente realize, para debater todos esses encaminhamentos, uma audiência pública com a presença do Subprefeito, que não está presente hoje, da SMUL e da Secretaria do Verde para conversarmos, construirmos juntos esse processo de revitalização, esse processo de reconstrução participativa da Praça Pôr do Sol.

É isso que nós da Bancada Feminista propomos como encaminhamento, e gostaria de ouvir a posição da SMUL.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Primeiro vou agradecer a todas as falas, ouvi bastante coisa e, de fato, o caldo de conhecimento e de pensamento sobre a questão urbanística relativamente à praça é bastante denso nessa região. Reencontrei amigos: a Isaura – prazer em vê-la novamente -, a Raquel, a minha querida Rosa e conheci outros.

O que os cidadãos da nossa cidade estamos enfrentando diante dessa praça, enfrentamos conflitos também em outras regiões, como participei aqui da discussão do Minhocão, com opiniões bastante diversas.

Anotei tudo o que cada pessoa falou para relatar internamente, mas a questão necessária de gestão do espaço, criando uma regulação de funcionamento é importante, tanto

para a Cidade como um elemento importante até de turismo, porque até é uma referência isso, como de comodidade dos moradores do entorno.

O que eu falaria como cidadão, como arquiteto hoje no Poder Público, é importante observarmos que os recursos do Poder Público são bastante escassos, apesar de volumosos, quando se considera o passivo social que o país carrega. Há um *deficit* habitacional enorme, há necessidade de investimento hoje, principalmente em saúde, educação. E, de fato, o que foi falado por muitos, falta investimento e disponibilidade de investimento para manutenção dos espaços públicos.

Por isso a busca, muitas vezes, de parcerias com a sociedade civil e tal para conseguir ter um bom resultado de regulação, de infraestrutura, como muitos falaram em sanitários, em equipamentos e tal.

Agradeço a contribuição de todos. Vou relatar não apenas internamente à SMUL, mas também e principalmente na gestão como um todo, na Secretaria de Governo, na Secretaria das Subprefeituras também o que eu ouvi aqui. E peço, Sílvia, se você tiver algum material que queira nos enviar, por favor, nos encaminhe porque pode refrescar a minha memória e as minhas anotações no caderninho para relatar internamente.

Agradeço de fato. Estamos no exercício de uma gestão democrática dos espaços públicos e devemos conseguir bom resultado pensando nos diversos interesses, circunstâncias mais do que interesses: a circunstância do vizinho, a circunstância de quem vai de longe ver o pôr do sol. Acho que aqui houve uma contribuição com bastante significado e conteúdo.

Agradeço a oportunidade, Sílvia, e continuo à disposição e a Secretaria principalmente continua à disposição do Legislativo e da população para aprimorarmos e construirmos soluções importantes para gestão do espaço público.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada ao José Armênio, representante da SMUL. Queria lamentar a ausência nesta audiência, apesar de termos feito o convite, do Subprefeito de Pinheiros. Infelizmente o Sr. Richard Haddad Junior e

também o Sr. Eduardo de Castro, que é Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, não estiveram presentes. Vamos procurar essas autoridades para inclusive saber por que não estiveram presentes na nossa audiência no dia de hoje.

Nós da Bancada Feminista, do nosso mandato, estamos agradecendo a todas as pessoas, aos Vereadores e autoridades que se fizeram presentes neste debate tão importante. Prezamos pelo conflito de posições, pela democracia, pelo espaço do contraditório, porém temos sim um posicionamento, que foi trazido pelos moradores que fazem parte do coletivo Pôr do Sol sem Cerca, e vamos continuar encaminhando ao Poder Executivo as questões propostas nesta audiência, a primeira delas é para que seja realmente formado o grupo gestor dos moradores e usuários da praça. E vamos continuar conversando com a SMUL para ver uma alternativa dentro da legalidade, porque sabemos que o cercamento não está dentro da legalidade. Por isso vamos continuar conversando com a SMUL para ver como conseguimos dar encaminhamento a essa audiência. Vamos continuar conversando com os moradores e propondo meios para que haja uma proposta comum, se possível de comum acordo, mas também de acordo com a nossa lei municipal prevê, que a praça não fique cercada.

Gostaria de agradecer a todos os participantes, a todas, todos, todes. E quero dizer que é através do debate que vamos conseguir chegar a essas propostas. Nós da Bancada Feminista, assim como o mandato do Vereador Toninho Vespoli, estaremos à disposição para os encaminhamentos propostos nesta audiência pública.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todas, todos, todes uma boa tarde.